



SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**

Nos dias que correm, conforme a legislação, o Estado brasileiro promove direitos e aporta renda sob as seguintes formas, conforme dados da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia:

- Aposentadoria antecipada de servidor com deficiência (Lei Complementar nº 142, de 2013);
- Aposentadoria do servidor com deficiência (Lei Complementar nº 142, de 2013);
- Atenção educacional Psicopedagógica (Lei nº 8.069, de 1990, Lei nº 9.394, de 1996 e Decreto nº 3.298, de 1999)
- Auxílio-inclusão (Lei nº 13.146, de 2015);
- Avaliação funcional para investidura de cargo de servidor com deficiência (Lei nº 8.112, de 1990);
- Benefício de Prestação Continuada – BPC (Lei nº 8.742, de 1993);
- Centros-dia (Lei nº 8.742, de 1993);
- Cotas no Ensino Superior e Técnico (Lei nº 12.711, de 2012);
- Cotas no mercado de trabalho (Lei nº 8.213, de 1991);
- Cotas no Serviço Público (Lei nº 8.112, de 1990);
- Habitação acessível (Lei nº 13.146, de 2015);
- Isenção de Imposto de Renda (Lei nº 7.713, de 1988);
- Isenção de Imposto sobre Operações Financeiras – IOF (Lei nº 8.989, de 1995);
- Isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI (Lei nº 8.989, de 1995);
- Meia-entrada (Lei nº 12.933, de 2013);
- Passe-livre interestadual (Lei nº 8.899, de 1994);



SF/20422.00564-51



SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora Soraya Thronicke**

- Pensão por talidomida (Lei nº 7.070, de 1982);
- Pensionista com deficiência do Regime Geral de Previdência Social (Lei nº 8.213, de 1991);
- Pensionista do servidor público com deficiência (Lei nº 8.112, de 1990);
- Redução da jornada de servidor com deficiência (Lei nº 8.112, de 1990);
- Redução da jornada de servidor com familiar ou dependente com deficiência (Lei nº 8.112, de 1990);
- Concessão de auxílio pré-escolar (Lei nº 8.112, de 1990, e Lei nº 13.146, de 2015);
- Residências Inclusivas (Lei nº 13.146, de 2015, e Lei nº 11.977, de 2009);
- Restituição Prioritária do Imposto sobre a Renda (normativa da Secretaria da Receita Federal de 2020);
- Saque do Fundo de garantia por Tempo de Serviço para compra de órteses, próteses e matérias especiais (Lei nº 13.146, de 2015, e Decreto nº 9.345, de 2018);
- Serviço de Reabilitação em saúde (Lei nº 8.742, de 2003, e Lei nº 13.146, de 2015);
- Serviço de Reabilitação profissional (Lei nº 8.213, de 1991);
- Vagas em estacionamentos e em via pública (Lei nº 13.146, de 2015);
- Viagens com acompanhantes de servidor com deficiência (Decreto nº 7.613, de 2011, e Lei nº 13.146, de 2015).

Acrescentam-se a essas políticas:

- Redução no preço da passagem e da bagagem do acompanhante em viagens aéreas e o aprendiz com deficiência; e
- Atendimento prioritário a usuários com transtornos mentais graves e persistentes.



SF/20422.00564-51